

STJ00118688

ANA BEATRIZ GOMES

O DELITO DE  
EVASÃO DE  
DIVISAS

*ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS*

*Conselho editorial:*

**Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão**  
*Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil*

**Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves**  
*Professora da Universidade de Lisboa – Portugal*

**Doutor Georges Martyn**  
*Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica*

**Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli**  
*Professora da Universidade de Roma II – Itália*

**Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara**  
*Professora Titular da USP – Brasil*

**Doutor Stelio Mangiameli**  
*Professor da Universidade de Teramo – Itália*

**Doutor José Geraldo de Sousa Junior**  
*Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil*

**Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César**  
*Doutor em Direito Constitucional pela PUCSP – Brasil*

**Doutor Thomas Law**  
*Doutorem Direito Comercial pela PUCSP – Brasil*

**Doutor Marcelo Figueiredo**  
*Professor da PUCSP – Brasil*

**Doutor João Grandino Rodas**  
*Professor Titular da USP – Brasil*

*Editor Chefe:*

**Plácido Arraes**

*Editor:*

**Tales Leon de Marco**

*Produtora Editorial:*

**Bárbara Rodrigues**

*Capa pictográfica:*

**Fernanda Aquino**  
*(Imagem via freepik)*

*Diagramação:*

**Fernanda Aquino**

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2023, D'Plácido Editora

Copyright © 2023, Ana Beatriz da Silva Gomes.

**Belo Horizonte**

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007

Tel.: 31 3261 2801

**São Paulo**

Avenida Paulista, 2073, Conjunto Nacional. – São Paulo, SP – CEP 01311-940

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM:EDITORADPLACIDO

---

**Catálogo na Publicação (CIP)**

G633 **Gomes, Ana Beatriz da Silva, 1992-**  
O delito de evasão de divisas : ilegitimidade da tutela penal de mera função administrativa / Ana Beatriz Gomes. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2023. 178 p.

ISBN 978-65-5589-640-4

1. Direito. 2. Direito Penal I. Título.

CDDir: 341.5

---

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



---

## Sumário

|  |           |
|--|-----------|
| <i>Prefácio</i> .....  | 7         |
| <i>Introdução</i> .....  | 15        |
| <b>1. <i>Percurso histórico e análise das linhas de política cambial adotadas pelo Estado nos anos 70 e 80</i></b> ..... | <b>19</b> |
| 1.1. Percurso histórico e análise das linhas de política cambial adotadas pelo Estado nos anos 70 e 80 .....             | 19        |
| 1.1.1. Considerações iniciais .....  | 19        |
| 1.1.2. Aspectos históricos .....   | 20        |
| 1.1.2.1. O primeiro desequilíbrio no preço petróleo: ano de 1973 .....   | 21        |
| 1.1.2.2. O segundo desequilíbrio no preço do petróleo: ano de 1979 .....   | 25        |
| 1.1.2.3. A negativa de concessão de um fundo de emergência pelo FMI .....  | 27        |
| 1.1.2.4. A tentativa de levantar divisas após a escassez .....   | 28        |
| 1.1.2.5. Os anos seguintes .....   | 29        |
| 1.2. A política cambial brasileira: Fixação do câmbio e controle sobre o fluxo de divisas .....                          | 31        |
| 1.2.1. Considerações iniciais .....  | 31        |
| 1.2.2. Políticas econômicas: Considerações sobre as políticas monetária, fiscal e cambial .....                          | 32        |
| 1.2.2.1. Política monetária .....  | 33        |

|   |           |
|---|-----------|
| 1.2.2.2. Política fiscal .....  | 33        |
| 1.2.2.3. Política cambial .....   | 33        |
| 1.2.2.3.1. O controle de entrada e saída<br>de ativos internacionais .....  | 36        |
| 1.2.2.3.2. A gestão na fixação da taxa<br>de câmbio .....   | 38        |
| 1.2.3. As restrições impostas aos particulares que desejassem<br>transacionar no mercado de câmbio .....  | 41        |
| 1.2.3.1. O conseqüente advento do mercado paralelo<br>de câmbio .....   | 44        |
| 1.2.4. Características da política cambial deste período<br>em estudo .....   | 45        |
| <br>  |           |
| <b>2. A tutela de novos interesses no âmbito<br/>da Expansão do Direito Penal .....</b>   | <b>47</b> |
| 2.1. Considerações iniciais .....   | 47        |
| 2.2. A tendência de Expansão do Direito Penal .....   | 47        |
| 2.2.1. Algumas causas da Expansão do Direito Penal .....  | 49        |
| 2.3. O movimento de Expansão do Direito Penal<br>e a instabilidade no balanço de pagamentos como fomentadores<br>da intervenção penal .....   | 57        |
| 2.3.1. A percepção da presença de práticas de atos prejudiciais<br>ao cidadão no âmbito do sistema financeiro nacional e a<br>falta de disposições normativas pontuais e efetivas ..... | 57        |
| 2.4. A necessidade de contenção da perturbação cambial .....  | 57        |
| 2.5. Escândalos envolvendo fraudes no sistema financeiro .....  | 59        |
| 2.6. A elaboração e aprovação do Projeto de Lei nº 273/1983 que se<br>tornou a Lei nº 7.492/1986 .....  | 62        |
| 2.6.1. Críticas ao Projeto de Lei .....   | 63        |
| <br>  |           |
| <b>3. A criminalização da evasão de divisas para tutela da<br/>política cambial vigente em 1984 .....</b>   | <b>67</b> |
| 3.1. Considerações iniciais .....   | 67        |
| 3.2. O tipo penal de evasão de divisas .....  | 67        |

|   |    |
|---|----|
| 3.2.1. <i>Caput</i> : “Efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País”  | 68 |
| 3.2.1.1. As diretrizes para a prática de operações cambiais e a questão da autorização  | 68 |
| 3.2.1.1.1. A prática de operação de câmbio  | 68 |
| 3.2.1.1.2. Caracterização da “não autorização” para operações de câmbio   | 71 |
| 3.2.1.2. Finalidade especial: “com o fim de promover a evasão de divisas”   | 72 |
| 3.2.1.3. Problemas oriundos desta disposição penal  | 73 |
| 3.2.2. Parágrafo único, primeira parte: “Incorre na mesma pena quem, a qualquer título, promove, sem autorização legal, a saída de moeda ou divisa para o exterior” | 75 |
| 3.2.2.1. O objeto material  | 75 |
| 3.2.2.1.1. Moedas e divisas com aptidão para serem depositadas  | 76 |
| 3.2.2.2. A retirada a qualquer título de moeda estrangeira do território nacional sem autorização   | 78 |
| 3.2.3. Parágrafo único, segunda parte: “Incorre na mesma pena quem mantiver depósitos não declarados à repartição federal competente”                               | 80 |
| 3.2.3.1. Os depósitos não declarados  | 82 |
| 3.2.3.2. Repartição federal competente  | 83 |
| 3.2.4. A pertinência das críticas   | 84 |
| 3.3. O bem jurídico tutelado  | 85 |
| 3.3.1. Necessidade de a norma penal estar atrelada a um referencial com status de bem jurídico  | 85 |
| 3.3.2. O conceito de bem jurídico pessoal   | 86 |
| 3.3.3. As posturas doutrinárias de qual o bem jurídico tutelado   | 87 |
| 3.3.3.1. Ordem tributária   | 88 |
| 3.3.3.2. Ordem econômica e política econômica   | 90 |
| 3.3.3.3. Política cambial   | 90 |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>4. A abertura da economia, as mudanças nas regras administrativas e os efeitos promovidos no tipo penal</b> .....   | <b>93</b> |
| 4.1. Considerações iniciais .....  | 93        |
| 4.2. A reestruturação do mercado de câmbio a partir de novos atos normativos .....   | 93        |
| 4.2.1. Início da reestruturação do mercado de câmbio e a tentativa de coibir o seu mercado clandestino .....   | 94        |
| 4.2.1.1. A Resolução nº 1.552, de 22 de dezembro de 1988 .....   | 95        |
| 4.2.2. A substituição do câmbio oficial pelo câmbio de taxas livres .....  | 98        |
| 4.2.2.1. Resolução nº 1.690, de 18 de março de 1990 .....  | 98        |
| 4.2.3. Impactos do advento das Resoluções nº 1.552, de 22 de dezembro de 1988, e nº 1.690, de 08 de janeiro de 1990, na configuração da política cambial brasileira .....                        | 100       |
| 4.2.4. Criação do Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN) .....   | 100       |
| 4.2.4.1. Resolução nº 1.946, de 29 de julho de 1992 .....  | 100       |
| 4.2.4.2. A Lei nº 9.069, de 29 de julho 1995 .....   | 102       |
| 4.2.5. Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) .....  | 103       |
| 4.2.5.1. Resolução nº 3.265, 04 de março de 2005, regulamentada pela Circular nº 3.280, de 16 de março de 2005 .....   | 104       |
| 4.2.5.2. Aspectos comparativos acerca da reunião do Mercado de Câmbio de Taxas Livres e do Mercado de Câmbio de Taxas Flutuantes e a consequente instituição de um único mercado de câmbio ..... | 105       |
| 4.2.6. A edição de leis relevantes: A Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, e a Lei nº 11.803, de 05 de novembro de 2008 e seus efeitos .....  | 107       |
| 4.2.7. As Circulares nº 3.688, nº 3.689, nº 3.690 e nº 3.691, todas de 16 de dezembro de 2013, que substituíram o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) .....       | 110       |

|  |            |
|--|------------|
| 4.2.8. Tendência de ampliação das relações econômicas e do espectro de permissibilidade cambial .....                                  | 111        |
| 4.3. As repercussões dessa reestruturação administrativa no tipo penal .....   | 113        |
| 4.3.1. Da proibição de saída desautorizada de moeda estrangeira para uma máxiampliação do valor que não exige sequer declaração .....  | 114        |
| 4.3.2. Alterações normativas acerca do valor passível de sair do país .....  | 115        |
| 4.3.3. Alterações normativas acerca do valor passível de ser mantido no exterior sem declaração .....                                  | 117        |
| 4.3.4. O advento dos ativos virtuais e o seu uso nas operações transfronteiriças .....   | 118        |
| 4.3.5. Considerações críticas e perspectivas sobre essas alterações normativas .....   | 121        |
| 4.3.6. A insegurança jurídica na esfera penal a partir das inúmeras edições de atos normativos .....                                   | 121        |
| 4.3.7. A impossibilidade de se promover uma “releitura” do tipo penal sob a ótica da atual política cambial .....                      | 122        |
| 4.4. A ilegitimidade da norma penal de evasão de divisas .....   | 122        |
| 4.4.1. A evasão de divisas como responsável por cumprir uma função estatal .....   | 123        |
| <b>5. A experiência internacional no controle e liberação do fluxo câmbial e as implicações na legislação brasileira .....</b>         | <b>127</b> |
| 5.1. Considerações iniciais .....  | 127        |
| 5.2. A experiência estrangeira .....   | 127        |
| 5.2.1. Argentina .....   | 128        |
| 5.2.2. Uruguai .....   | 130        |
| 5.2.3. Espanha .....   | 131        |
| 5.2.4. Portugal .....  | 135        |
| 5.3. Indicativos da necessidade de implementação do controle sobre operações de câmbio, bem como da livre circulação de capitais ..... | 137        |

|  |            |
|--|------------|
| 5.4. Política de controle do câmbio em países industrializados e em países em desenvolvimento .....                          | 138        |
| 5.5. As repercussões da adesão a Tratados sobre liberdade de movimentos de capitais .....                                    | 140        |
| 5.5.1. O alinhamento brasileiro às práticas internacionais de livre circulação de capitais .....                             | 141        |
| 5.5.1.1. Pleito de acesso à OCDE .....   | 141        |
| 5.5.1.2. Códigos de liberalização .....  | 144        |
| 5.5.1.3. A confecção do Projeto de Lei nº 5.387 /2019, que resultou na Lei nº Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021 ..... | 147        |
| 5.5.1.3.1. Crítica à Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021 .....  | 148        |
| 5.6. A quantidade de reservas internacionais .....   | 149        |
| 5.7. A propositura do Projeto de Lei nº 586/2020 e a oportunidade de revogar o tipo penal .....                              | 151        |
| <b>Conclusão .....</b>   | <b>155</b> |
| <b>Referências .....</b>   | <b>159</b> |